



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS  
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

---

SUBCOMITÊ CIENTÍFICO DO COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DOS ATUNS E AFINS

Ofício no. 001/2017 – SCC-AA  
Recife, 26 de junho de 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Dayvson Franklin de Souza

Secretário de Aquicultura e Pesca  
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Ed. Sede, 7º andar, Sala 750  
Brasília/DF - CEP: 70.043-900

Assunto: paralização das atividades

C/C

Ministério do Meio Ambiente  
Ministério das Relações Exteriores (DEMA e DMAE)  
Secretaria Executiva do Comitê Permanente de Gestão de Atuns e Afins

Senhor Secretário,

Como é de vosso conhecimento, o Subcomitê Científico do Comitê Permanente de Gestão da Pesca de Atuns e Afins (SCC-AA) vem desenvolvendo suas atividades há quase 20 anos, as quais tiveram início em 1998, no antigo Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desde então, a política nacional da pesca e da aquicultura tem passado ora por avanços, ora por retrocessos, em função de frequentes mudanças institucionais realizadas na estrutura de governo relacionada ao setor. Como resultado destas transformações de ordem institucional, a execução da política de pesca e aquicultura já passou, após o DPA/MAPA, pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), criada em 2003 e vinculada diretamente à Presidência da República, a qual, por sua vez, foi substituída pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), criado em 2009. Com a extinção deste em 2015, o mandato institucional da política pública do setor voltou a ser do MAPA, no âmbito do qual foi criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP). Entretanto, em

decisão política recente, ocorrida em março deste ano, esta Secretaria foi transferida para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). É conveniente destacar que, desde 1998, as atribuições relacionadas com a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros têm sido compartilhadas entre os órgãos mencionados acima e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), resultando no surgimento de impasses e atrasos na aprovação e implementação das medidas de gestão da pesca.

Apesar de todas essas transformações institucionais, ao longo de toda sua trajetória o SCC-AA sempre desempenhou suas funções baseado em informações estatísticas e biológicas das espécies capturadas, sejam elas alvo ou fauna acompanhante da pesca. Este conjunto de informações eram supridos por programas específicos para o desenvolvimento de pesquisas e coleta de dados pelo próprio SCC-AA e por programas de monitoramento pesqueiro implementados pelo governo federal e governos estaduais, como é o caso do Estado de São Paulo. Estes programas tinham como objetivo comum coletar e disponibilizar dados diversos sobre a atividade de pesca e a biologia das espécies capturadas, assegurando sua utilização para fins de gestão da atividade e conservação dos recursos explorados.

Dentre os programas que sempre deram o suporte necessário ao bom funcionamento do SCC-AA destacam-se, além do programa de apoio à pesquisa científica, o Programa de Estatística Pesqueira Brasileira, o Programa Nacional de Observadores de Bordo (PROBORDO) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS). Outras contribuições, oriundas de programas de monitoramento conduzidos por entidades de pesquisa e conservação, como o Projeto Albatroz e o Projeto Tamar, foram fundamentais para este trabalho, disponibilizando dados a respeito da interação dessa pescaria com aves e tartarugas marinhas, caracterizando um esforço de cooperação interinstitucional de grande monta por tratar de series históricas robustas e por isso adequadas à gestão desses importantes recursos.

Ressalta-se aqui a importância desses programas não apenas para o funcionamento do SCC-AA, mas também para o desenvolvimento sustentável da pesca de atuns e afins no Brasil, pelo fato de que a gestão desta pescaria no oceano Atlântico é de responsabilidade da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é membro fundador desde 1967. Como tal, o País assumiu responsabilidades perante esta organização regional de ordenamento pesqueiro, principalmente relativas ao aporte de informações sobre suas pescarias e ao cumprimento das normas em vigor, assegurando seu direito à pesca conforme previsto nas disposições relevantes da Convenção do Direito do Mar, no que se refere

à conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios, como é o caso dos atuns e afins. São, portanto, enormes as responsabilidades do Brasil perante esta comissão.

Com relação à coleta de dados da produção pesqueira nacional, o último boletim estatístico publicado pelo MPA foi o de 2011, não havendo dados oficiais consolidados desde então. Até este ano, o SCC-AA participava de forma efetiva da coleta, sistematização e análise dos dados da pesca de atuns e afins no Brasil, através de um programa científico com suporte financeiro dos órgãos gestores. Este programa, além de atender à necessidade de compilação dos dados para submissão à ICCAT, permitia o desenvolvimento de pesquisas sobre a biologia das espécies alvo e de fauna acompanhante, também apresentadas na forma de artigos nas reuniões científicas da comissão. A partir de 2012, entretanto, os dados relativos à pesca de atuns e afins tem sido obtidos de forma precária e sem o devido controle de qualidade, gerando informações sub ou superestimadas da produção, com reflexos negativos nas declarações anuais das capturas que o Brasil faz à ICCAT. Por esta razão, os dados brasileiros para o período de 2012-2015 foram recebidos com restrições pelo Subcomitê de Estatística, do Comitê Permanente de Pesquisa e Estatística da ICCAT (SCRS), estando ainda em caráter provisório, necessitando profunda revisão. Isto inclui dados da frota atuneira brasileira (Tarefa 1 – Frota), das capturas anuais por método de pesca e espécies (Tarefa 1 – Captura Nominal), da distribuição espaço-temporal das capturas e esforço por método de pesca e espécies (Tarefa 2 – Captura e Esforço), e ainda, dos tamanhos das principais espécies capturadas (Tarefa 2 – Tamanho), que há muitos anos não são coletados.

No que se refere ao PROBORDO, suspenso pelo MPA em 2011, é importante salientar que todo país-membro da ICCAT deve manter um programa nacional de observadores de bordo, conforme Recomendação 10-10, com uma cobertura mínima de embarque equivalente a 5% do esforço de pesca de cada uma de suas pescarias (espinhel, vara e isca viva e cerco). O objetivo principal deste programa é de registrar e disponibilizar informações de elevada qualidade sobre toda a atividade de pesca, com cobertura espaço-temporal representativa, incluindo os registros das capturas das espécies alvo e fauna acompanhante (tubarões, aves, tartarugas, mamíferos, entre outros), de descartes (peixes vivos ou mortos), de tamanhos dos peixes capturados e também da coleta de amostras (gônadas, estômagos, espinhos, otólitos, etc.) para estudos sobre diversos aspectos biológicos das espécies capturadas. Com a interrupção do PROBORDO, além descumprir esta recomendação 10-10, o Brasil deixou de atender a outras recomendações estabelecidas pela ICCAT, como a 04-10 (registro de capturas de tubarões com normas de conservação definidas), a 07-07 (redução da captura incidental de aves marinhas), a 10-09 (redução da captura incidental de tartarugas marinhas) e a 15-05 (medidas de recuperação dos

estoques de agulhões branco e negro), as quais utilizam os observadores para a obtenção de informações necessárias ao sucesso das medidas de conservação.

Quanto ao PREPS, o programa vem funcionando há cerca de três anos de forma precária, apresentando problemas técnicos e operacionais que impedem o alcance pleno de seus objetivos de monitoramento e controle da frota pesqueira nacional, incluindo a frota atuneira. Seu mal funcionamento tem dificultado a gestão e controle desta frota, com o agravante de que a implantação e bom funcionamento deste sistema de monitoramento de embarcações (VMS – Vessel Monitoring System) é parte da Recomendação 02-31, sobre medidas de monitoramento integrado adotadas pela ICCAT.

No que diz respeito à realização de pesquisa científica sobre a biologia das espécies alvo e da fauna acompanhante da pesca de atuns e afins, é importante mencionar que esta se reveste da mais alta relevância para o sucesso da gestão pesqueira. São dados sobre distribuição, abundância, migração, reprodução, alimentação, idade e crescimento, entre outros aspectos biológicos e ecológicos usados como informação de base nas avaliações dos estoques e na elaboração de medidas de manejo da pesca e conservação das espécies capturadas, sejam alvo ou não da pescaria. O Brasil sempre contribuiu com o aporte desses dados à ICCAT, apresentando-os, como mencionado acima, na forma de artigos científicos nas reuniões anuais do Comitê Permanente de Pesquisa e Estatística (SCRS) e nas reuniões intersessionais de seus Subcomitês e Grupos de Espécies. Entretanto, há mais de cinco anos o SCC-AA não desenvolve esta importante atividade de pesquisa, tendo em vista a suspensão dos financiamentos de projetos para este fim.

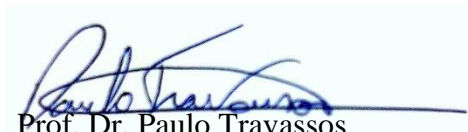
Para alterar este quadro e permitir o aporte de informações técnico-científicas cruciais para o desenvolvimento sustentável da pesca marinha no Brasil, o MPA, em meados de 2015, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 11.700.000,00, lançando, com o apoio do MCTI/CNPq, a Chamada MCTI/MPA/CNPq Nº 22/2015 – Ordenamento da Pesca Marinha Brasileira. Com o objetivo de selecionar propostas para “fomentar a produção de conhecimento aplicado sobre o uso dos principais estoques pesqueiros marinhos da costa brasileira, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da pesca, capazes de subsidiar o ordenamento pesqueiro de forma sustentável”, este edital abordou seis linhas temáticas pré-definidas, dentre elas a Linha Temática II – Atuns e Afins, que recebeu um aporte de R\$ 2.193.750,00, sendo R\$ 438.750,00 de capital, R\$ 658.125,00 de custeio e R\$ 1.096.875,00 de bolsas. Um grupo de pesquisadores, dentre os quais alguns membros do SCC-AA, submeteu o “Projeto de Apoio Técnico-Científico ao Desenvolvimento da Pesca de Atuns e Afins no Brasil - PROTUNA”, o qual foi aprovado em dezembro/2015, no valor total de

R\$ 1.872.061,00. Envolvendo todas as modalidades da pesca de atuns e afins existentes no Brasil, a proposta contempla aspectos da biologia populacional das espécies capturadas, das suas interações com o ambiente e da economia e tecnologia pesqueiras. Entretanto, passados 18 meses da sua aprovação, nenhum recurso foi ainda liberado, impedindo o início das pesquisas previstas e o aporte de informações técnico-científicas para subsidiar o processo de gestão pesqueira, em apoio aos trabalhos do SCC-AA.

Diante do exposto, o que se tem observado nos últimos anos é a completa paralização ou suspensão de todos os programas de pesquisa, coleta de dados, monitoramento e controle do setor pesqueiro nacional, incluindo da pesca de atuns e afins, sem os quais torna-se impossível para o SCC-AA desempenhar a contento seu papel de assessoramento junto ao Comitê Permanente de Gestão da Pesca de Atuns e Afins, da Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Neste contexto, Senhor Secretário, comunicamos a Vossa Excelência que o SCC-AA não possui mais as condições mínimas necessárias para exercer suas funções, razão pela qual, decidiu, pela grande maioria de seus membros, paralisar todas as suas atividades a partir deste momento. Referimo-nos aqui às atividades internas, no âmbito do CPG de Atuns e Afins, e as externas, no âmbito da ICCAT, até que estes problemas sejam devidamente solucionados e tenhamos, novamente, a real possibilidade desempenhar nosso papel de assessoramento técnico e científico em prol do desenvolvimento sustentável da pesca de atuns e afins no Brasil.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Paulo Travassos

Presidente do Subcomitê Científico

Comitê Permanente de Gestão da Pesca de Atuns e Afins

Membros:

Flávia Lucena Frédou – Vice-Presidente - UFRPE	Jorge Eduardo Kotas - ICMBio
Alberto Amorim - IP/SP	Jorge Eduardo Lins - UFRN
Bruno Leite Mourato - UNIFESP	José Heriberto Menezes de Lima - ICMBio
Celso Lin - ICMBio	Nilamon Leite Vieira JR - ICMBio
Eduardo Gomes Pimenta - UVA	Paulo Ricardo Schwingel - UNIVALI
Fábio Hissa Vieira Hazin - UFRPE	Rodrigo Sant'Ana - UNIVALI
Guelson Batista da Silva - UFERSA	Rosângela Lessa - UFRPE
Humber Andrade - UFRPE	Tatiana Neves - PROJETO ALBATROZ
Humberto Gomes Hazin - UFERSA	Thierry Frédou - UFRPE